



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
3ª Vara Federal de Niterói
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

06 a 10/11/2017



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

TRF2
Fls 66

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

| | | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. | ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA | 6 |
| 2. | METODOLOGIA UTILIZADA | 7 |
| 3. | CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL | 9 |
| 4. | GESTÃO DA SECRETARIA | 10 |
| 5. | GESTÃO DE METAS | 11 |
| 5.1. | Metas internas | Erro! Indicador não definido. |
| 5.2. | Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ | Erro! Indicador não definido. |
| 5.2.1. | Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade) | Erro! Indicador não definido. |
| 5.2.2. | Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade) | Erro! Indicador não definido. |
| 5.2.3. | Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação) | Erro! Indicador não definido. |
| 5.2.4. | Meta nº 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa)..... | Erro! Indicador não definido. |
| 5.2.5. | Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução) | Erro! Indicador não definido. |
| 5.2.6. | Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)..... | Erro! Indicador não definido. |
| 6. | PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO | 17 |
| 6.1. | Produção e classificação de sentenças..... | 17 |
| 6.2. | Acervo concluso | Erro! Indicador não definido. |
| 6.3. | Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR) | Erro! Indicador não definido. |
| 6.4. | Audiências | 19 |
| 7. | EVOLUÇÃO DO ACERVO | 20 |
| 7.1. | Acervo da unidade..... | 20 |
| 7.1.1. | Acervo por matéria | Erro! Indicador não definido. |
| 7.2. | Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência | Erro! Indicador não definido. |
| 7.2.1. | Acervo total..... | Erro! Indicador não definido. |
| 7.2.2. | Acervo ativo | Erro! Indicador não definido. |
| 7.2.3. | Acervo suspenso | Erro! Indicador não definido. |
| 8. | DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO | 23 |
| 8.1. | Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários | 23 |
| 8.2. | Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada | 24 |
| 8.3. | Fluxo dos processos após a sentença | 24 |
| 9. | ANÁLISE DO PROCESSAMENTO | 25 |
| 9.1. | Balcão de entrada..... | 25 |
| 9.2. | Processos em segredo de justiça..... | Erro! Indicador não definido. |



| | | |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 9.3. | Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) .27 | |
| 9.4. | Publicação de atos judiciais..... | Erro! Indicador não definido. |
| 9.5. | Registro de início do cumprimento do julgado | Erro! Indicador não definido. |
| 9.6. | Documentos pendentes de juntada | Erro! Indicador não definido. |
| 9.7. | Expedientes para cumprimento de ordem judicial | Erro! Indicador não definido. |
| 9.8. | Remessa externa | Erro! Indicador não definido. |
| 10. | ações e situações sujeitas à verificação obrigatória | 31 |
| 11. | PROCESSOS SUSPENSOS..... | 34 |
| 12. | RPVs e PRECATÓRIOS | 35 |
| 13. | BENS PENHORADOS | 37 |
| 14. | BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS | 37 |
| 15. | LIVROS E PASTAS | 38 |
| 16. | INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA..... | 39 |
| 17. | TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA..... | 42 |
| 17.1. | CÍVEL | 42 |
| 17.1.1. | Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças | Erro! Indicador não definido. |
| 17.1.2. | Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização | Erro! Indicador não definido. |
| 17.2. | EXECUÇÃO FISCAL | Erro! Indicador não definido. |
| 17.2.1. | Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR) | Erro! Indicador não definido. |
| 17.2.2. | Modo de controle do prazo de prescrição intercorrente | Erro! Indicador não definido. |
| 17.2.3. | Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados | Erro! Indicador não definido. |
| 17.3. | CRIMINAL | Erro! Indicador não definido. |
| 17.3.1. | Regularidade dos mandados de prisão, inserção de dados no BNMP, Rol de Culpados e atualização do sistema SINIC..... | Erro! Indicador não definido. |
| 17.3.2. | Audiências de Custódia..... | Erro! Indicador não definido. |
| 17.3.3. | Regularidade dos Alvarás de Soltura e tempo de cumprimento | Erro! Indicador não definido. |
| 17.3.4. | Controle de Prescrição | Erro! Indicador não definido. |
| 17.3.5. | Execução Penal (classe 27003) | Erro! Indicador não definido. |
| 18. | ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR..... | 43 |
| 19. | BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS | 44 |
| 20. | COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES | 45 |
| 21. | ENCERRAMENTO | 45 |



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **03 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

TRF2
Fls 69



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 3ª Vara Federal de Niterói da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (03VF-NI), de 06 a 10/11/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal JOSÉ CARLOS DA SILVA GARCIA, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 421 processos físicos, sendo 179 em trâmite e 242 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

**3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL**

Denominação: 03ª Vara Federal de Niterói - Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (03VF-NI)

Data de instalação: 01/09/1997

Endereço: Rua Coronel Gomes Machado nº 73, 5. Andar, Centro, Niterói, Rio de Janeiro

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 20 Km

Juiz Titular: Dr. JOSÉ CARLOS DA SILVA GARCIA, desde 01/09/2016.

Juiz Federal Substituto: Vago

Diretora de Secretaria: Drª Marlis Cristina de Souza

Competência:

1) Cível

Quadro de Pessoal desde a última correição

| Correições | Analistas Judiciários | Técnicos Judiciários | Técnicos Jud. de Segurança | Requisitados | Total de Servidores | Quadro previsto |
|------------|-----------------------|----------------------|----------------------------|--------------|---------------------|-----------------|
| Out/15 | 3 | 11 | 0 | 0 | 14 | 15 |
| Nov/17 | 7 | 5 | 1 | 0 | 13 | 15 |

A Diretora informou que a Vara está há mais de 1 ano com menos servidores do que o previsto. A equipe de servidores chegou à 3ª VF-NI em 1/9/2016, com a permuta entre juizes, vinda da 5ª VF-NI (Competência: Execução Fiscal), onde passou 17 anos. Uma servidora que estava de licença médica, desde maio/2016, foi colocada à disposição da Direção do Foro, em 17/05/2017), e outra se aposentou em setembro deste ano.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora Marlis Cristina de Souza, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores Maria Juliana Blois e Marie-Stella de Canena, e pela Oficiala de Gabinete Flavia Lemos, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 70% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 26 a 30/6/2017, foi solicitado à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966) o aprimoramento ou substituição do sistema Apolo.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: Meta 2 do CNJ; acompanhar mensalmente os processos que podem ser baixados; e também os processos prioritários, como Ação de Improbidade, Ação Civil Pública, Mandado de Segurança, acelerando o processamento. Dificulta o alcance das metas a necessidade de perícia em algumas situações, pois pouquíssimos são os profissionais cadastrados, em razão do baixo valor da AJG.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução e 6 (Ações Coletivas), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. A Diretora afirmou que a unidade não atingiu todas as metas 2016/CNJ em razão do volume de processos. Os servidores estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 577 processos em 2016 e julgou 392, cumprindo 70% da meta nº 1 CNJ/2016.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).



| Meta 1 2016 | Julgados | Distribuídos | Outras saídas | % de cumprimento |
|---------------------------------------|----------------|----------------|---------------|------------------|
| 1º Grau | 39.200 | 40.566 | 1.123 | 99% |
| 1º Grau / SJRJ | 33.158 | 33.759 | 774 | 101% |
| 1º Grau / SJES | 6.042 | 6.807 | 349 | 94% |
| Juizado Especial Federal | 111.293 | 131.255 | 247 | 85% |
| JEF / SJRJ | 94.665 | 109.826 | 193 | 86% |
| JEF / SJES | 16.628 | 21.429 | 54 | 78% |
| Turma Recursal | 42.594 | 39.908 | 68 | 107% |
| TR / SJRJ | 33.921 | 32.669 | 12 | 104% |
| TR / SJES | 8.673 | 7.239 | 56 | 121% |
| Tribunal Regional Federal | 41.782 | 44.815 | 487 | 94% |
| SJRJ | 161.744 | 176.254 | 979 | 92% |
| SJES | 31.343 | 35.475 | 459 | 90% |
| TRU | 29 | 57 | 0 | 50% |
| Total - 2ª Região | 234.898 | 256.601 | 1.925 | 92% |
| 03ª Vara Federal de Niterói-RJ | 392 | 577 | 16 | 70% |

Fonte: PORTAL, acesso em 06/11/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“(i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e (ii) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º e 2º graus; (iii) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e (iv) 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos Juizados Especiais Federais”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 93% dos 893 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2011).

| Data | Meta % | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara | | | | |
|-----------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------|-------------------|--------------|---------------|
| dez/16 | 100% - 1º Grau e 2º Grau | SJRJ | 03ª Vara Federal de Niterói-SJRJ | | | |
| Meta 2 - Processos antigos | Alvo | Julgados até 2015 | Julgados em 2016 | Total de Julgados | Pendentes | % de Julgados |
| TRF | 49.480 | 44.207 | 1.500 | 45.707 | 3.773 | 92% |
| Seções Judiciárias | 69.671 | 62.243 | 3.582 | 65.825 | 3.846 | 94% |
| SJRJ | 61.060 | 54.511 | 3.127 | 57.638 | 3.422 | 94% |
| SJES | 8.611 | 7.732 | 455 | 8.187 | 424 | 95% |
| Total - 2ª Região | 119.151 | 106.450 | 5.082 | 111.532 | 7.619 | 94% |
| 03ª Vara Federal de Niterói-SJRJ | 893 | 808 | 25 | 833 | 60 | 93% |

Fonte: PORTAL, acesso em 06/11/2017.

Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 92% dos 1.211 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2012).



| Meta 2 - Processos antigos | Alvo | Julgados até 2015 | Julgados em 2016 | Total de Julgados | Pendentes | % de Julgados |
|-----------------------------------------|----------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------|---------------|
| TRF | 72.523 | 64.045 | 2.499 | 66.544 | 5.979 | 92% |
| Seções Judiciárias | 95.130 | 84.083 | 5.428 | 89.511 | 5.619 | 94% |
| SJRJ | 82.809 | 73.255 | 4.615 | 77.870 | 4.939 | 94% |
| SJES | 12.321 | 10.828 | 813 | 11.641 | 680 | 94% |
| Total - 2ª Região | 167.653 | 148.128 | 7.927 | 156.055 | 11.598 | 93% |
| 03ª Vara Federal de Niterói-SJRJ | 1.211 | 1.070 | 46 | 1.116 | 95 | 92% |

Fonte: PORTAL, acesso em 06/11/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

| Processo | Classe | Objeto da ação | Mov. regular em 12 meses? * | Último Movim. | Data último Movim. |
|---------------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------------------------|--------------------|
| 0005770-55.2007.4.02.5102 | Ação de usucapião | Usucapião de bem imóvel | sim | Sentenciado em fev/17 e remetido ao arquivo geral em out/17. | 11/10/17 |
| 0004808-69.2006.4.02.5101 | Ordinária imóveis | Revisão de prestações do SFH | sim | Designada audiência p/ 27/11/17. | 25/10/17 |
| 0002554-33.2000.4.02.5102 | Ordinária imóveis | Rescisão de mútuo do SFH | sim | Juntada petição autores. | 26/10/17 |
| 0003604-26.2002.4.02.5102 | ACP | MPF quer impedir que quiosques da orla construam rampas de madeira | sim | Despacho ordenando a conclusão p/ sentença. | 31/10/17 |
| 00050423820124025102 | Ordinária imóveis | Quitação financiamento SFH | sim | CEF anexa comprovante pagamento do valor da condenação. | 25/10/17 |
| 00049497520124025102 | Ordinária outras | Fornecimento de medicamentos | sim | Designação de perito pelo juízo. | 06/11/17 |
| 00017799520124025102 | Ordinária imóveis | Revisão de mútuo do SFH | sim | Cl. p/ decisão. | 06/10/17 |
| 00017539720124025102 | Ordinária imóveis | Revisão de mútuo do SFH | sim | Cl. p/ sent. | 01/08/17 |
| 00046067920124025102 | Previdenc. | Concessão de auxílio-doença | não | Aguarda devolução mandado. | 30/10/17 |
| 01015219620124025101 | Ação Popular | Anulação de ato administrativo | sim | Cl. p/ sent. | 31/10/17 |

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2016



5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”³

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o não alcance da meta pelo órgão:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 07

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 02

Sugere-se incluir a meta CNJ de conciliação entre os objetivos mensais a serem alcançados.

5.2.4. Meta nº 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa)

“Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”⁴

O órgão julgou 29% dos 07 processos-alvo da Meta nº 4 CNJ/2016.

| Meta 4 - Improbidade | Alvo | Julgados até 2015 | Julgados em 2016 | Total de Julgados | Pendentes | % de Julgados | Grau de cumprimento |
|------------------------------------|------------|-------------------|------------------|-------------------|------------|---------------|---------------------|
| TRF | 308 | 183 | 64 | 247 | 61 | 80% | 115% |
| SJRJ | 554 | 120 | 96 | 216 | 338 | 39% | 56% |
| SJES | 129 | 29 | 21 | 50 | 79 | 39% | 55% |
| Total - 2ª Região | 991 | 332 | 181 | 513 | 478 | 52% | 74% |
| 03ª Vara Federal de Niterói | 7 | 0 | 2 | 2 | 5 | 29% | 41% |

Fonte: PORTAL, acesso em 06/11/2017.

Sugere-se priorizar o julgamento dos processos alvo da meta 4 CNJ/2016.

³ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

⁴ A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).

5.2.1. Meta n° 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵

Cumpridos 54% da meta n° 5 CNJ/2016.

| Meta 5 2015 | Remanescente | P5.1-Casos novos | P5.3-Baixados | P5.5-Outras entradas | P5.7-Outras saídas | Acervo atual | % de cumprimento |
|-----------------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------|------------------|
| 1º Grau | 35.190 | 26.959 | 21.259 | 12.923 | 11.793 | 42.020 | 76% |
| 1º Grau / SJRJ | 27.197 | 23.127 | 15.436 | 10.957 | 10.419 | 35.426 | 65% |
| 1º Grau / SJES | 7.993 | 3.832 | 5.823 | 1.966 | 1.374 | 6.594 | 132% |
| Juizado Especial Federal | 10.803 | 37.637 | 37.703 | 1.774 | 430 | 12.081 | 97% |
| JEF / SJRJ | 8.788 | 31.249 | 31.246 | 1.676 | 409 | 10.058 | 96% |
| JEF / SJES | 2.015 | 6.388 | 6.457 | 98 | 21 | 2.023 | 100% |
| SJRJ | 35.985 | 54.376 | 46.682 | 12.633 | 10.828 | 45.484 | 83% |
| SJES | 10.008 | 10.220 | 12.280 | 2.064 | 1.395 | 8.617 | 113% |
| Total - 2ª Região | 45.993 | 64.596 | 58.962 | 14.697 | 12.223 | 54.101 | 88% |
| 03ª Vara Federal de Niterói | 685 | 194 | 192 | 232 | 73 | 846 | 54% |

Fonte: PORTAL, acesso em 06/11/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta n° 5 CNJ/2016:

| Processo | Julgado pendente de cumprimento | Data de trânsito em julgado | Mov. regular em 12 meses?* | Último Movim. | Data último Movim. |
|----------------------|-------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------|
| 00457895519974025102 | Contrato de financiamento - FINEP | 6/2/13 | sim | Devolução de remessa. | 19/04/17 |
| 00061695520054025102 | Honorários advocatícios. | --- | sim | Juntada. | 30/10/17 |
| 00626586919924025102 | Sentença mandou rever correção de conta de FGTS | 18/4/02 | sim | Aguardando expedição de alvará | 12/6/17 |
| 00093582719944025102 | Ressarcimento de créditos de IPI | 03/6/03 | sim | Devolução remessa. | 10/10/17 |

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderada a sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução.

5.2.2. Meta n° 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 79 % dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2016:

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



| Meta 6 - Ação Coletiva | Alvo | Julgados até 2015 | Julgados em 2016 | Total de Julgados | Pendentes | % de Julgados |
|------------------------------------|--------------|-------------------|------------------|-------------------|------------|---------------|
| TRF | 628 | 537 | 36 | 573 | 55 | 91% |
| SJRJ | 877 | 598 | 79 | 677 | 200 | 77% |
| SJES | 115 | 70 | 18 | 88 | 27 | 77% |
| 1º Grau | 992 | 668 | 97 | 765 | 227 | 77% |
| Total - 2ª Região | 1.620 | 1.205 | 133 | 1.338 | 282 | 83% |
| 03ª Vara Federal de Niterói | 29 | 20 | 3 | 23 | 6 | 79% |

Fonte: PORTAL, acesso em 06/11/2017.

Sugere-se priorizar o julgamento dos processos pendentes de cumprimento da meta 6/CNJ 2016.



6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Produção e classificação de sentenças

A unidade correccionada produziu 440 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/11/2016 a 31/10/2017), com média de 37 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

| Tipo | Descrição | Quantidade |
|------|-------------------------------|------------|
| A | Fundamentação individualizada | 119 |
| B1 | Homologatória de acordo | 02 |
| B2 | Repetitiva (padronizada) | 87 |
| C | Sem resolução do mérito | 232 |
| D1 | Penal condenatória | 00 |
| D2 | Penal absolutória | 00 |
| D3 | Rejeição de queixa | 00 |
| D4 | Rejeição de denúncia | 00 |
| E1 | Extintiva de punibilidade | 00 |
| E2 | Suspensão condicional da pena | 00 |

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz , acesso em 09/11/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

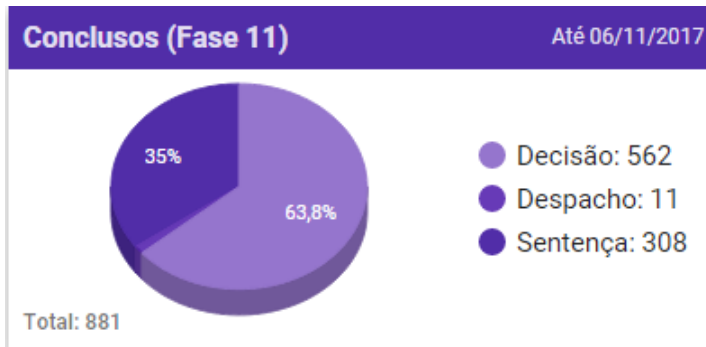
| TIPO A | TIPO B1 | TIPO B2 | TIPO-C |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 0000404- 93.2011.4.02.5102 | 0000330- 68.2013.4.02.5102 | 0090060- 85.2016.4.02.5102 | 0133139- 17.2016.4.02.5102 |
| 0000119- 42.2007.4.02.5102 | 0001469- 55.2013.4.02.5102 | 0116732- 33.2016.4.02.5102 | 0158347- 66.2017.4.02.5102 |
| 0150230- 23.2016.4.02.5102 | | 0001241- 80.2013.4.02.5102 | 0150261- 43.2016.4.02.5102 |
| 0102558- 53.2015.4.02.5102 | | 0000406- 20.2005.4.02.5152 | 0149561- 67.2016.4.02.5102 |
| 0083937- 71.2016.4.02.5102 | | 0006023- 87.2000.4.02.5102 | 0086504- 75.2016.4.02.5102 |

Fonte: PORTAL, acesso em 1/8/2017



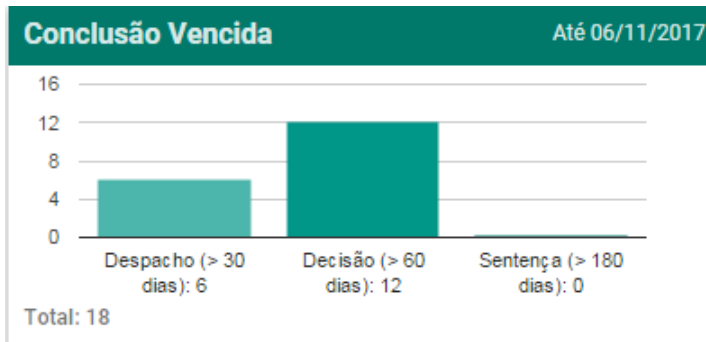
Nos processos 0000330-68.2013.4.02.5102 e 0001469-55.2013.4.02.5102, apesar das sentenças serem registradas no APOLO como Tipo B1, no corpo do texto o Magistrado classificou-as como “Tipo B”, evidenciando, s.m.j., erro material pontual, uma vez que essa falha não foi observada nos demais processos.

6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 06/11/2017

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 06/11/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 6/11/2017) indica não haver processos conclusos para sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR).

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

Conclusos para despacho



| Processo | Classe | Objeto da ação | Nº de folhas | Data conclusão | Dias conclusos |
|---------------------------|------------------|--------------------------------------|--------------|----------------|----------------|
| 0169058-67.2016.4.02.5102 | Ordin. imóveis | Rescisão contrato de mútuo do SFH | 529 | 12/09/17 | 55 |
| 0000951-22.2000.4.02.5102 | Ordin. imóveis | Rever o Reajuste de prestação do SFH | 766 | 18/09/17 | 49 |
| 0030529-40.1994.4.02.5102 | Previdenc. | Rever Renda Inicial do benefício | 280 | 19/09/17 | 48 |
| 0050097-08.1995.4.02.5102 | Servidor Publico | Nomeação e posse em concurso | 54 | 20/09/17 | 47 |
| 0005749-89.2001.4.02.5102 | Ordin. imóveis | Rever o Reajuste de prestação do SFH | 453 | 20/09/17 | 47 |
| 0508192-94.2017.4.02.5101 | Previdenciária | Rever Renda Inicial do benefício | 111 | 05/10/17 | 33 |

Conclusos para decisão

| Processo | Classe | Objeto da ação | Nº de folhas | Data conclusão | Dias conclusos |
|---------------------------|----------------|------------------------------------------------------------|--------------|----------------|----------------|
| 0165124-04.2016.4.02.5102 | ACP | Defesa Patrim. Histórico | 5.195 | 23/6/17 | 136 |
| 0001680-92.1993.4.02.5102 | Previdenc. | Pensão por morte | 366 | 21/7/17 | 108 |
| 0091244-42.2017.4.02.5102 | Mand. Segur. | Contribuição social - Compensação | 1.209 | 09/8/17 | 90 |
| 0014596-55.2016.4.02.5102 | Exec. de sent. | Militar – Execução individual de sentença em ação coletiva | 503 | 14/8/17 | 84 |
| 0122438-31.2015.4.02.5102 | Exec. de sent. | Militar – Execução individual de sentença em ação coletiva | 485 | 15/8/17 | 84 |
| 0054562-60.1995.4.02.5102 | Ordin. imóveis | Revisão de reajustes de prestação - SFH | 837 | 28/8/17 | 70 |
| 0059790-78.2016.4.02.5102 | Exec. de sent. | Militar – Execução individual de sentença em ação coletiva | 259 | 29/8/17 | 69 |
| 0047096-77.2016.4.02.5102 | Exec. de sent. | Militar – Execução individual de sentença em ação coletiva | 269 | 29/8/17 | 69 |
| 0119381-34.2017.4.02.5102 | Previdenc. | Concessão de Aposentadoria Especial | 218 | 04/9/17 | 63 |

Sugere-se priorizar a prolação de despachos e decisões nos processos conclusos além do prazo (art. 227, CNCR).

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/11/2016 até 31/10/2017) foram designadas 19 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Outubro ▾ Vara : 03ª Vara Federal de Niterói ▾

Tipo de Processo ▾

| Medidas ▾ | | | Eletrônico | Físico | Total | | |
|-----------|---------------------|-----------|---------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Ano ▾ | Situacao Processo ▾ | Processos | 2012 | Trâmite | 755 | 1112 | 1867 |
| | | | Suspensão | 64 | 540 | 604 | |
| | | | Recurso TRF-2 | 97 | 568 | 665 | |
| | | | 2013 | Trâmite | 847 | 820 | 1667 |
| | | | Suspensão | 77 | 437 | 514 | |
| | | | Recurso TRF-2 | 233 | 483 | 716 | |
| | | | 2014 | Trâmite | 1197 | 800 | 1997 |
| | | | Suspensão | 128 | 431 | 559 | |
| | | | Recurso TRF-2 | 427 | 351 | 778 | |
| | | | 2015 | Trâmite | 1290 | 697 | 1987 |
| | | | Suspensão | 209 | 391 | 600 | |
| | | | Recurso TRF-2 | 513 | 245 | 758 | |
| | | | 2016 | Trâmite | 1664 | 656 | 2320 |
| | | | Suspensão | 219 | 313 | 532 | |
| | | | Recurso TRF-2 | 550 | 189 | 739 | |
| | | | 2017 | Trâmite | 1864 | 180 | 2044 |
| | | | Suspensão | 572 | 243 | 815 | |
| | | | Recurso TRF-2 | 548 | 128 | 676 | |

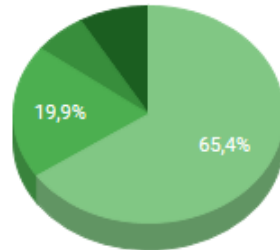
Fonte: PORTAL, acesso em 27/10/2017



Acervo

Até 07/11/2017

TRF2
Fls 85



- Digitais Ativos: 1875
- Digitais Suspensos: 571
- Físicos Ativos: 180
- Físicos Suspensos: 241

Total: 2867 Suspensos: 812 Ativos: 2055

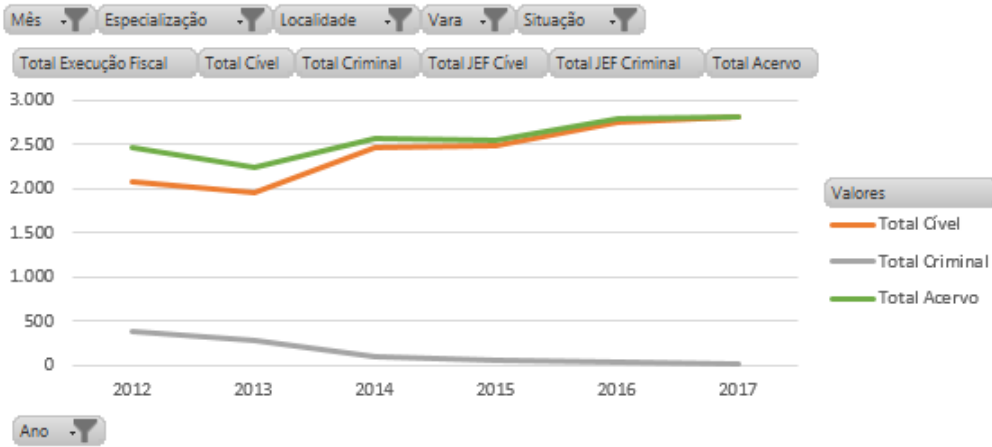
Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 07/11/2017

Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

| | Correição Ago/2013* | Correição Out/2015* | Correição Nov/2017 |
|--------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Total | 2.933 | 3.311 | 3.535 |
| Suspensos | 551 | 585 | 815 |
| Remetidos às Instâncias Superiores para julgar recurso | 691 | 756 | 676 |
| Tramitação ajustada | 1.691 | 1.970 | 2.044 |

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 16/11/2017

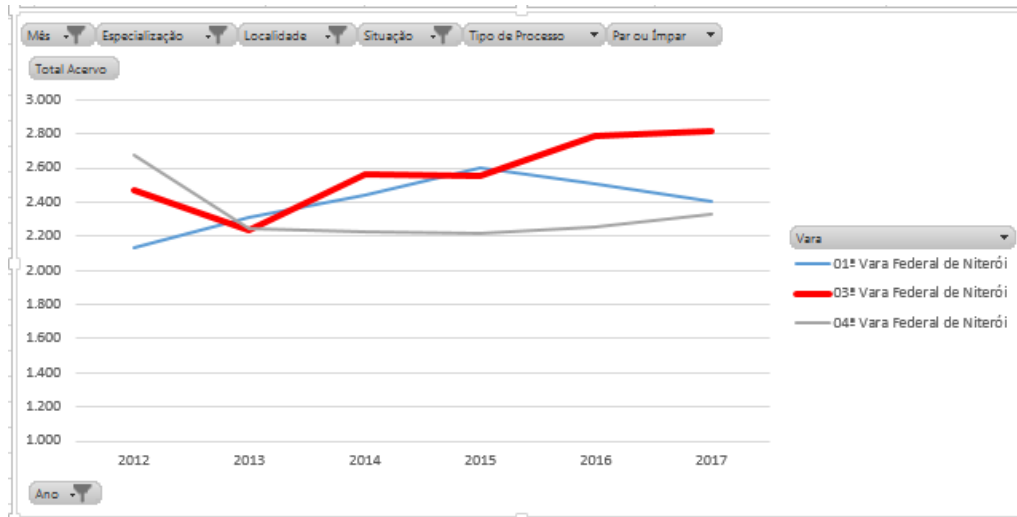
7.1.1. Acervo por matéria



Fonte: APOLO, em 16/11/2017

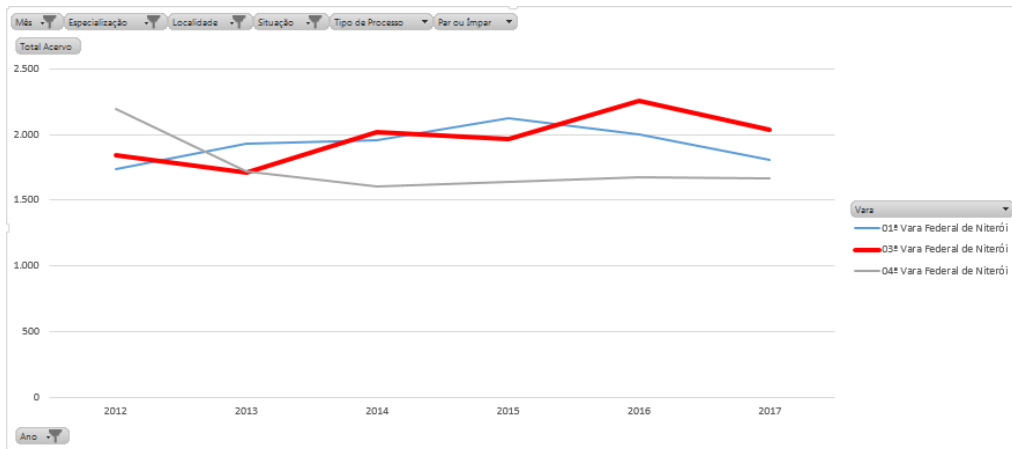
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

7.2.1. Acervo total



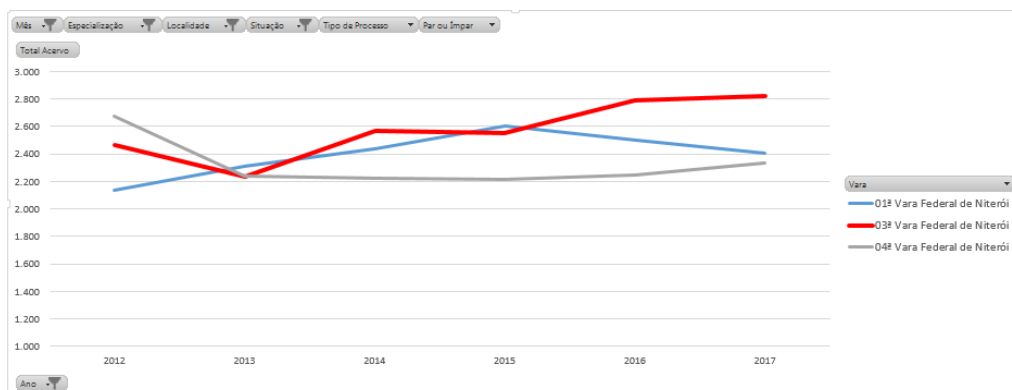
Fonte: APOLO, em 16/11/2017

7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 04/10/2017

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 16/11/2017

8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

A análise é feita diariamente pela Assistente IV, que analisa o local virtual das petições iniciais e prioriza mandados de segurança e tutelas de saúde; há ainda o critério cronológico. Caso haja pedido de liminar ou antecipação de tutela, é feita a minuta da decisão imediatamente ou, no máximo, no dia seguinte. O processamento de processos prioritários é indicado no motivo.



8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Após a contestação, é feito um despacho para réplica e provas, e nesse mesmo despacho consta que, nada sendo requerido, os autos retornem para sentença. Faz-se o movimento “Em processamento” e envia-se para o Gabinete (Gabinete análise para sentença), o qual abre a conclusão para diminuir o risco de conversão em diligência.

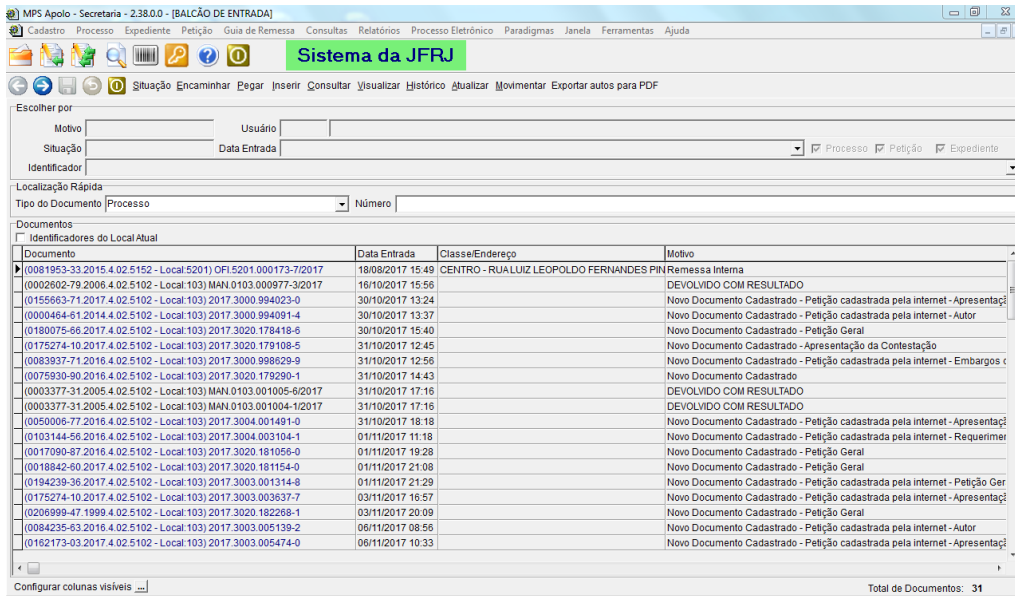
8.3. Fluxo dos processos após a sentença

A Secretaria faz a certidão de trânsito em julgado, porém não faz o movimento 73. Há um identificador específico da Vara, sendo que uma servidora registra a fase 18.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada



Analisado no dia 06/11/2017, às 15:07 horas, havia 5 processos, 19 petições e 7 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

| Data de entrada | Número | Classe/Natureza | Observação |
|-----------------|---------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 06/11/17 | 0500820-91.2017.4.02.5102 | Carta Precatória/Processo | Foi distribuída em 6/11/17, com a finalidade de citar o executado para pagar dívida, penhorar, avaliar e demais atos. |
| 06/11/17 | 0000864-17.2010.4.02.5102 | Ordinária/Imóveis/Processo | Devolução do TRF – 2ª Região, com a certidão de trânsito em julgado em 26/10/17. |
| 18/08/17 | OFI.5201.000173-7/2017 | Ofício/Expediente | Ofício do 1º JEF de Niterói para informar que foi posto à disposição da 3ª VF de Niterói/RJ, vinculado ao processo nº 0000345-37.2013.4.02.5102, o saldo total da conta bancária referente ao RPV de titularidade do executado. |
| 16/10/17 | MAN.0103.000977-3/2017 | Mandado de Busca e Apreensão / Expediente | Busca e apreensão dos autos do processo nº 0002602-79.2006.4.02.5102. Embora a certidão tenha sido negativa, a diligência perdeu o objeto, pois no dia seguinte, o processo foi devolvido.. |



| | | | |
|----------|--------------------|---------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| 30/10/17 | 2017.3000.994023-0 | Contestação/Petição | Foi juntada ao processo 0155663-71.2017.4.02.5102 em 6/11/17, às 15:19. |
|----------|--------------------|---------------------|-------------------------------------------------------------------------|

9.2. Processos em segredo de justiça

| Posição em | 30/10/2017 |
|--------------------|------------|
| | |
| Tipo de Segredo | Processos |
| Absoluto | 0 |
| Sistema | 13 |
| Documento | 0 |
| Total Geral | 13 |

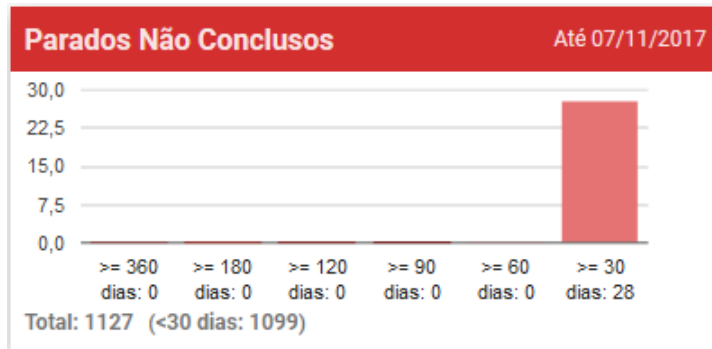
Fonte: PORTAL, acesso em 06/11/2017

| Número | Classe | Tipo de segredo | Fls. da decisão de segredo | Observação |
|---------------------------|-------------------------------------------|-----------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 035555-19.1994.4.02.5102 | Ordinária/Outras | Sistema | 337 | Processo físico. Há etiqueta de Segredo de Justiça na Capa. Está suspenso, aguardando decisão de instância superior desde 28/09/17. |
| 0003376-46.2005.4.02.5102 | Cautelar Inominada | Sistema | 52/55 | Processo físico. Há etiqueta de Segredo de Justiça na Capa. Está suspenso, por outros – fase de conhecimento desde 07/06/11. |
| 0000196-17.2008.4.02.5102 | Ordinária/Previdenciária | Sistema | 42 | Processo físico. Há etiqueta de Segredo de Justiça na Capa. Está suspenso, aguardando decisão de instância superior desde 16/01/13. |
| 0003167-38.2009.4.02.5102 | Execução por Título Extrajudicial | Sistema | 201 | Processo eletrônico. Há aviso de Segredo de Justiça no APOLO. Está suspenso por arquivamento sem baixa – art. 921, §2º do CPC/2015, desde 09/02/17. |
| 0116720-82.2017.4.02.5102 | Mandado de Segurança Individual / Outros. | Sistema | 61/63 | Processo eletrônico. Há aviso de Segredo de Justiça no APOLO. Está concluso para sentença desde 03/07/17. Durante a conclusão há juntada de três petições, sendo a última em 17/10/17. |



Não se constatou irregularidade nos feitos inspecionados.

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 07/11/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, processos, equivalentes a 1,36% do acervo com tramitação ativa. Entretanto, a maioria dos processos inspecionados está dentro do prazo para manifestação das partes, que são contados em dias úteis.

Processos inspecionados

| Processo | Classe | Mov. regular em 12 meses ?* | Último Movim. | Dias sem mov. | Data último Movim. |
|---------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------|---------------|--------------------|
| 0159113-93.2015.4.02.5101 | EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL | sim | Intimação de sentença - Publicação | 34 | 04/10/17 |
| 0157284-77.2015.4.02.5101 | EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL | sim | Intimação de sentença - Publicação | 34 | 04/10/17 |
| 0202467-30.1999.4.02.5102 | ORDINÁRIA/IMÓVEIS | sim | Intimação de despacho - Publicação | 34 | 04/10/17 |
| 0042161-31.2015.4.02.5101 | ORDINÁRIA/OUTRAS | sim | Intimação de despacho - Publicação | 33 | 05/10/17 |
| 0118644-31.2017.4.02.5102 | ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA | sim | Intimação de sentença - Publicação | 33 | 05/10/17 |
| 0108386-64.2014.4.02.5102 | EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL | sim | Devolução de remessa | 32 | 06/10/17 |
| 0102558-53.2015.4.02.5102 | ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA | sim | Devolução de remessa | 32 | 06/10/17 |
| 0080004-90.2016.4.02.5102 | MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/PREVIDENCIÁRIO | não | Movimentação Cartorária tipo Processamento | 32 | 06/10/17 |



| | | | | | |
|---------------------------|------------------------------------|-----|-----------------------------------------------|----|----------|
| 0097445-84.2016.4.02.5102 | ORDINÁRIA/OUTRAS | sim | Devolução de remessa | 32 | 06/10/17 |
| 0183819-74.2014.4.02.5102 | ORDINÁRIA/SERVIDOS RES PÚBLICOS | não | Movimentação Cartorária tipo Processamento | 32 | 06/10/17 |

Sugere-se movimentar os processos n^{os} 0080004-90.2016.4.02.5102 e 0183819-74.2014.4.02.5102 não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228).

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Total Geral de Boletins Gerados | Período | 09/2016 a 10/2017 |
| | Processos | 7.139 |
| | Boletins | 373 |
| | Média (Proc. / Bol.) | 19,14 |
| | Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.) | 5,84 |

Fonte: PORTAL, acesso em 07/11/2017

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para o cálculo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁶.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 11 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

⁶ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Ano : 2017 Mês : Outubro

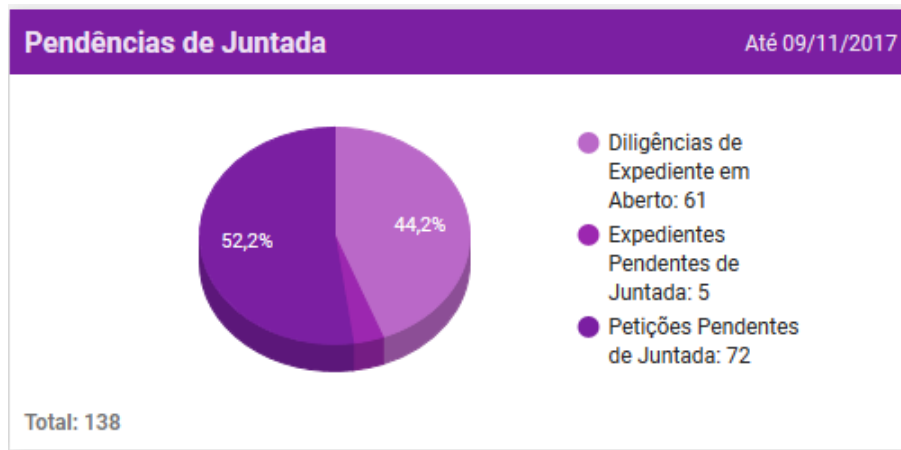
Vara Execução de Sentença - Fase 18 Requisição Valor

| | | 03ª Vara Federal de Niterói | | Total |
|-----------|--------------|-----------------------------|---------------|------------|
| | | Informada | Não Informada | |
| | | Sim | Sim | |
| Processos | Trâmite | 84 | 10 | 94 |
| | Suspensão | 92 | 1 | 93 |
| | Total | 176 | 11 | 187 |

Fonte: PORTAL, acesso em 07/11/2017

Sugere-se estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18).

9.6. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 09/11/2017

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

| Data de entrada | Número da petição | Processo | Síntese do pedido | Dias que aguarda juntar | Local do processo |
|-----------------|--------------------|---------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------|-------------------|
| 15/12/00 | 2000.0103.048824-2 | 0046817-58.1997.4.02.5102 | Contrarrrazões do Banco Bradesco. | 6.173 | TRF - 2ª Região |
| 18/05/01 | 2001.0103.017709-2 | 0046817-58.1997.4.02.5102 | Petição requerendo que as intimações e citações | 6.019 | TRF - 2ª Região |



| | | | | | |
|----------|--------------------|---------------------------|-----------------------------------------|-------|-----------------|
| | | | sejam feitas em nome de outra advogada. | | |
| 26/05/00 | 2000.0103.020020-6 | 0200216-39.1999.4.02.5102 | Agravo nº 99.0209069-9 do INSS. | 6.376 | TRF – 2ª Região |
| 10/10/00 | 2000.0103.039495-7 | 0002007-90.2000.4.02.5102 | Renúncia de mandado. | 6.239 | TRF – 2ª Região |
| 09/11/10 | 2010.0103.000641-6 | 0001347-81.2009.4.02.5102 | Agravo nº 2009.02.01.011426-8 | 2.557 | TRF – 2ª Região |

As petições pendentes de juntada ficam separadas pelos dígitos finais dos processos. Os processos nºs 0046817-58.1997.4.02.5102 e 0002007-90.2000.4.02.5102 embora estejam localizados no TRF-2ª Região, foram remetidos para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Sugere-se atualizar no APOLO a movimentação dos feitos remetidos ao TJ-RJ.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

| | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Ano : 2017 | Mês : Setembro | Vara : 03ª Vara Federal de Niterói | Situacao Processo : Trâmite | Conclusos : não concluso |
| Data Último Movimento | | | | |
| Medidas | 2017 | | Total | |
| Último Movimento | Maio | Julho | | |
| Complemento Fase | Processos | Intrinação | Despacho | |
| | | 1 | 1 | 2 |
| | Total | 1 | 1 | 2 |

Analisados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, inexistem processos sem movimentação pela Secretaria.

Processos inspecionados

| Processo | Classe | Mov. regular em 12 meses? * | Último Movim. | Dias sem mov. | Data último Movim. |
|---------------------------|----------------------|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------------|
| 0004609-68.2011.4.02.5102 | Ordinária/Tributária | sim | A publicação do despacho ocorreu em 31/07/17, com prazo de 15 dias para o autor efetuar o pagamento. Em 4/10/17, houve remessa para a Procuradoria da Fazenda. Último movimento: Expedir mandado de penhora | 18 | 23/10/17 |
| 0145007-26.2015.4.02.5102 | Ordinária/Outras | não | A publicação do despacho ocorreu em 23/05/17 e a movimentação de expedir mandado ocorreu em | 22 | 19/10/17 |



| | | | | | |
|--|--|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
| | | | 02/10/2017, em prazo superior aos 60 dias previstos no despacho. Atualmente, a movimentação está regular. | | |
|--|--|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|

9.8. Remessa externa

| Ano : 2017 | | Mês : Setembro | | Vara : 03ª Vara Federal de Niterói | | Localização Atual : Externo | | Situacao Processo : Trâmite | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------|----------------|--------------------------|-------|------------------------------------|--------------------|-------------------------------|--------|-----------------------------|--------------------------------|------|-------|-------|-------|--------|----------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Medidas | | Data Último Movimento | | Processos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tipo de Processo | | Último Movimento | | Complemento Fase | | 2004 | 2007 | 2011 | 2012 | 2013 | 2017 | | | | Total | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | Março | Junho | Julho | Agosto | Setembro | | | | | | | | | | | | | |
| Físico | Remessa, Carga | Advocacia Geral da União | Autor | CEF - Caixa Econômica Federal | Ministério Público | Ministério Público - Criminal | Perito | Procuradoria da Fazenda | Procuradoria Seccional Federal | Réu | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Inspecionados os processos com remessa externa mais antiga, excluídos Inquéritos Policiais e Peças de Informação, que tramitam diretamente entre o MPF e a Polícia Federal (art. 236, CNCR):

Processos inspecionados

| Processo | Classe | Carga ao(à) | Data da remessa | Observação |
|---------------------------|-------------------------------|-------------|-----------------|-----------------------------------|
| 0002602-79.2006.4.02.5102 | Ordinária/Servidores Públicos | Autor | 28/03/17 | Devolução da remessa em 06/10/17. |
| 0002009-45.2009.4.02.5102 | Ordinária/Tributária | Autor | 01/06/17 | Devolução da remessa em 24/10/17. |
| 0035899-29.1996.4.02.5102 | Ordinária/Servidores Públicos | AGU | 26/06/17 | Devolução da remessa em 19/10/17. |
| 0002554-33.2000.4.02.5102 | Ordinária/Imóveis | Autor | 31/07/17 | Devolução da remessa em 26/10/17. |
| 0056655-93.1995.4.02.5102 | Ordinária/Servidores Públicos | Autor | 03/07/17 | Devolução da remessa em 09/10/17. |

10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na



unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal possui no acervo:

| Classe | Em trâmite | Suspensos | Total |
|-----------------------------------------------|------------|-----------|-------|
| Ação Civil Pública | 19 | 04 | 23 |
| Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa | 10 | 00 | 10 |
| Outras ações/Improbidade Administrativa | 00 | 00 | 00 |
| Ações Populares | 10 | 01 | 11 |
| Mandados de Segurança Coletivos | 03 | 03 | 06 |
| Habeas Corpus | 00 | 00 | 00 |
| Processos criminais com réus presos | 00 | 00 | 00 |

| Processo | Classe | Objeto da ação | Mov. regular em 12 meses ?* | Último Movim. | Data último Movim. |
|---------------------------|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------------|--------------------|
| 0001288-98.2006.4.02.5102 | ACP | Impedir construções em área de Proteção ambiental | sim | Devolução de remessa | 26/10/17 |
| 0000233-83.2004.4.02.5102 | ACP | Impedir que a Rede Globo instale estruturas metálicas na praia de São Francisco. | sim | Devolução de remessa | 18/10/17 |
| 0044099-93.1994.4.02.5102 | ACP | Defesa patrim. histórico - demolição de construção irregular | sim | Devolução de remessa ao IPHAN. | 27/10/17 |
| 0005701-52.2009.4.02.5102 | ACP | MPF quer que a União disponibilize tratamento médico a moradores de Niterói que necessitam de oxigenoterapia hiperbárica | sim | Localiz. interna - aguarda julg. agravo pelo TRF | 4/8/17 |
| 0002503-80.2004.4.02.5102 | ACP | Demolição de obra irregular | sim | Juntada | 6/9/17 |
| 0000515-19.2007.4.02.5102 | ACP | Sindicato dos Armadores de Pesca pleiteia o direito de utilizar frota pesqueira com mais de 50 toneladas de arqueação | sim | Remessa à AGU | 30/10/17 |



| | | | | | |
|---------------------------|----------------------------|--------------------------------------|-----|------------------------|---------|
| 0006375-40.2003.4.02.5102 | ACP | Proteção ambiental | sim | Suspensão por 180 dias | 27/7/17 |
| 0001315-52.2004.4.02.5102 | Mandado de segur. coletivo | Suspensão da exigibilidade do COFINS | sim | Suspensão | 13/1/16 |
| 0007625-40.2005.4.02.5102 | Mandado de segur. coletivo | Revisão da base de cálculo do COFINS | sim | Suspensão | 27/9/17 |

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos. Há mesas virtuais específicas (Prazos Curtos – 30, 60, 90 dias; 1 ano pelo art. 921 do CPC/2015). Coloca-se no motivo a data final da suspensão. É feita a anotação do paradigma.

| Local Virtual | Nº de Processos |
|------------------------------------------------|-----------------|
| PROCESSOS SOBRESTADOS - AG. DECISÃO STJ/STF | 210 |
| PROCESSOS SUSPENSOS | 334 |
| PROCESSOS SUSPENSOS PRAZO CURTO | 42 |

Os processos físicos ficam em escaninhos e os estagiários fazem uma verificação mensal. Ressalta-se que são poucos processos físicos. Os sobrestados, aguardando decisão de instância superior, ficam em uma sala onde também ficam os processos digitalizados em cartório.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

| Repercussão geral/Recursos repetitivos | Paradigma | Situação |
|----------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0055307-40.1995.4.02.5102 | RE 891.340 | Autos remetidos à Assessoria de Recursos em 16/11/2011 para atender requisição. Suspenso por repercussão geral em 24/02/2014. |
| 0000733-08.2011.4.02.5102 | RE661256 | Autos suspensos em 24/11/2014, por motivo de repercussão geral. Pedido de desaposentação. |
| 0003597-39.2006.4.02.5152 | RESP1261020 | O processo encontra-se suspenso por recurso especial desde 10/10/2012. |
| 0003642-04.2003.4.02.5102 | RE 627.106 | O curso do feito encontra-se suspenso por repercussão geral desde 14/11/2013. |
| 0002840-30.2008.4.02.5102 | RE 626.307 e RE 591.797 | O feito está sobrestado por repercussão geral desde 26/04/2011. |
| 0002145-71.2011.4.02.5102 | Não associado ao paradigma. | Pedido de desaposentação. Processo suspenso desde 29/11/2016 por recurso repetitivo. |
| 0003983-25.2006.4.02.5102 | Não associado ao paradigma | Processo sobrestado por recurso repetitivo desde 12/01/2017. |
| 0000254-93.2003.4.02.5102 | Não associado ao paradigma | Suspenso o curso do feito desde 15/02/2017. Recurso repetitivo. |

| Processo | Motivo da suspensão | Data da suspensã | Situação |
|----------|---------------------|------------------|----------|
|----------|---------------------|------------------|----------|



| | | o | |
|---------------------------|----------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0005674-45.2004.4.02.5102 | Outros – Fase Conhecimento | 20/06/17 | O motivo da suspensão devia ser Aguardando julgamento de instância superior, já que está suspenso, em razão de julgamento de Recurso Extraordinário. (Provimento TRF2-PVC-2013/00021). |
| 0002595-19.2008.4.02.5102 | Suspensão por Cumprimento de Precatório/RPV. | 29/06/16 | Há Ofício Requisitório de Pagamento nos autos, apenas o formulário. A última petição juntada é da União concordando com a expedição do precatório e requerendo nova vista após a expedição (fl. 729). |
| 0006548-74.2002.4.02.5110 | Aguarda decisão de instância superior | 13/11/08 | Processo suspenso desde 13/11/2008, aguardando decisão no agravo de instrumento interposto no TRF2. |
| 0002680-05.2008.4.02.5102 | Arquivamento sem baixa, art. 921, §2º do NCP | 13/11/17 | Processo suspenso por um ano, de acordo com o art. 921, III, §1º do CPC. |
| 0001515-49.2010.4.02.5102 | Parcelamento | 13/06/16 | Processo suspenso por motivo de parcelamento do débito. Último movimento em 25/10/2016, aguardando término do prazo suspensão. |

Sugere-se retificar o motivo da suspensão dos processos listados, uniformizando a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos repetivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba *Paradigmas* – opção *Associar Processos*).

12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 51 precatórios e 190 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/11/2016 a 31/10/2017). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 17 precatórios e 151 RPVs, analisados os feitos a seguir.

| Processo | Precatório ou RPV | Data do cadastro | Data do envio | Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR |
|---------------------------|-------------------|------------------|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0043251-04.1997.4.02.5102 | RPV | 06/05/10 | 06/07/10 | Suspensão desde 16/11/2016, aguardando a comunicação de depósito de requisitório. Nova suspensão em 27/01/2017. |
| 0001042-15.2000.4.02.5102 | RPV | 08/06/16 | 02/08/16 | Processo suspenso aguardando cumprimento de precatório. Suspensão reativada em 12/12/2017. |
| 0002228-63.2006.4.02.5102 | RPV | 03/05/16 | 16/11/16 | Processo suspenso a partir de 27/01/2017 aguardando pagamento de RPV. |
| 0031210-20.1988.4.02.5102 | Precatório | 31/05/17 | 30/06/17 | Aguardando o julgamento do agravo de instrumento interposto pela União. |



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **03 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

| | | | | |
|---------------------------|------------|----------|----------|---------------------------------------------------|
| 0003449-76.2009.4.02.5102 | Precatório | 22/06/17 | 29/06/17 | Aguardando pagamento do precatório em 23/10/2017. |
|---------------------------|------------|----------|----------|---------------------------------------------------|

TRF2
Fls 100

Documento No: 977867-6-0-65-46-677903 - consulta à autenticidade do documento através do site <http://portal.trf2.jus.br/autenticidade>

**13. BENS PENHORADOS**

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 14/11/2017, apresenta cadastramento de 20 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, constatou-se, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria:

| Processo | Data da penhora | Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora | Observação |
|---------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0063972-06.1999.4.02.5102 | 22/05/13 | não | No relatório de bens penhorados do sistema Apolo, falta o registro do valor do bem. |
| 0108386-64.2014.4.02.5102 | 13/02/17 | não | Falta o registro do local onde se encontra o bem, no Relatório de Bens Penhorados do Apolo. |
| 0000062-53.2009.4.02.5102 | 22/06/13 | não | O valor do débito que consta do Auto de Penhora (R\$ 65.630,55) é diferente do valor que aparece registrado no Relatório de Bens Penhorados do Apolo (R\$ 24.220,68). |
| 0000499-21.2014.4.02.5102 | 19/07/16 | não | No auto de penhora e avaliação o valor do bem está registrado como R\$ 32.000,00 e no relatório de bens penhorados do Apolo o valor registrado é de R\$ 38.000,00. No relatório de bens penhorados o nome registrado para o executado é o mesmo do exequente. |
| 0001266-93.2013.4.02.5102 | 26/03/15 | não | No Auto de Penhora e Avaliação não está registrado o valor do débito. No relatório de bens penhorados há registro do débito, no valor de R\$ 167.017,75. |

Sugere-se proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR

14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

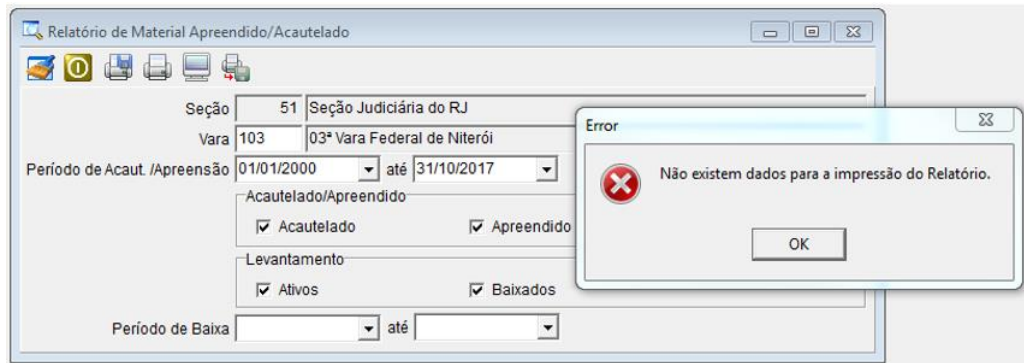
O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e



arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

TRF2
Fls 102

O Cofre localizado no banheiro do Gabinete do Juiz Substituto, o qual se encontra vago, foi aberto pelo Juiz Federal Titular da Vara em 12/10/2017 na presença dos servidores da Corregedoria, Victor Manoel Martinez e Marcos Guilam e se encontrava vazio. Em uma caixa na Secretaria, havia planta de imóveis, mídias e documentos sem valor econômico relevante.



15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 7 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- 3) Reclamações e inspeções;
- 4) Remessa à SEDIS-NI e Contadoria;
- 5) Remessa à AGU/PFN;
- 6) Remessa à Procuradoria Federal de Niterói;
- 7) Remessa à DPU/MPF;

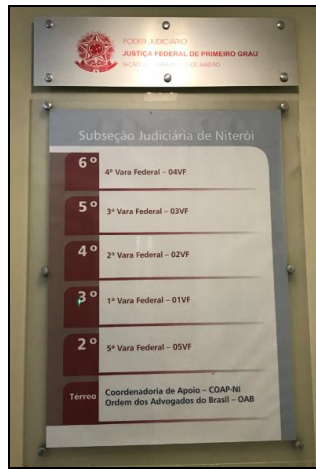
Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas, exceto o Livro de Ponto dos Servidores, que não possui Ata de Abertura.

Sugere-se regularizar o Livro de Ponto dos Servidores com a inclusão do termo de abertura.



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 3ª Vara Federal de Niterói/SJRJ está instalada no quinto andar do prédio denominado Niterói I, (Forum Octávio Kelly), localizado na Rua Coronel Gomes Machado, nº 73. As instalações do prédio são precárias e existe apenas um elevador, que é obsoleto e, segundo informações dos servidores, apresenta frequentes defeitos.



Na Secretaria da Vara existe o balcão de informação bem acessível, com mural para orientação do público e cadeiras de espera. A área interna da Vara é ampla e tem boa iluminação.



A sala da Secretaria da Vara, embora ampla, tem o lay-out pouco funcional, devido ao grande número de mesas e armários de aço, com processos físicos que ainda estão em tramitação. A disposição do mobiliário acaba ficando prejudicada, dando a sensação de um ambiente limitado e mal dividido. Os aparelhos de ar condicionado tipo “Janela” estão velhos, demandando várias reclamações quanto ao ruído, que acaba por atrapalhar o trabalho no local. A pintura nas paredes está razoável, e não foram constatadas pontos de infiltrações ou mofo.



Mesas e cadeiras dos setores, embora não sejam novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal.



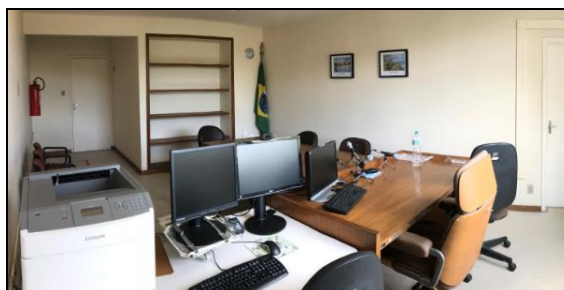
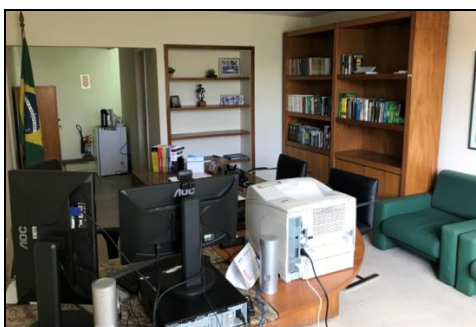
Existe banheiro para os servidores dentro da secretaria e uma pequena copa com geladeira, micro-ondas, filtro de água e mesa para café e lanches rápidos. Esses locais são limpos e organizados.



Sala de apoio é ampla e funcional.



Os Gabinetes do Juiz Federal titular e do Juiz Substituto são amplos, com mesa, poltronas, estante, frigobar. A sala de audiências também é funcional.



Na parte de informática, são 20 computadores, todos com 2 monitores em LCD. Há apenas 07 no-breaks em toda a vara e a velocidade de conexão de dados, verificada em um dos computadores da secretaria, em sites especializados, resultou em 42,28 Mbps para “download” e 58,70 Mbps para “upload”. São 05 impressoras grandes 04 Lexmark e 01 Samsung multifuncional com Scanner.

Os servidores e estagiários têm em suas mesas equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais e apoio para os pés.



17. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA

17.1. CÍVEL

17.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças

Não há processos que versam sobre sequestro internacional de crianças registrado no sistema APOLO.

17.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Há um processo sobre nacionalidade, número 0115707-53.2014.4.02.5102, o qual tem por objeto o registro civil, procedimentos administrativos envolvendo menores, uma Ação Declaratória de Nacionalidade com pedido de expedição de certidão de nascimento para duas crianças estrangeiras, filhos de uma brasileira que teve a perda de sua nacionalidade declarada na forma do inciso II, §4º do art. 12 da CF, em 14/03/2001. Em 27/08/2015, decisão convolvando o rito em ordinário e ordenando a intimação dos autores para emendar a petição inicial com citação da União para contestação. Em 17/11/2017, proferida sentença julgando extinto o processo sem resolução do mérito, por abandono da causa com fulcro no inciso III do art. 485 do CPC. Último movimento em 05/12/2017, juntada de petição da União manifestando ciência da sentença.

**18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

As recomendações feitas na correição anterior, a seguir listadas, foram parcialmente cumpridas no prazo concedido ao Juízo por esta Corregedoria (30 dias), conforme detalhado no Ofício JFRJ-OFI-2015/00821:

1. *“Buscar o cumprimento das metas do CNJ, atentando para processos conclusos além do prazo, parados e com remessa externa com prazo vencido;”* O juízo vem tentando cumprir as Metas do CNJ.

2. *“Dar andamento aos processos de verificação obrigatória que se encontram conclusos com prazo vencido e parados, regularizando, ainda, os que se encontram com remessa externa além do prazo estabelecido, bem como aqueles constantes no acervo remanescente;”* Os processos de verificação obrigatória tiveram movimentação e foram julgados, alguns já foram baixados.

3. *“Dar andamento aos processos parados há mais de 30 dias como aos conclusos com prazo vencido;”* A recomendação foi cumprida.

4. *“Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos com prazo de devolução vencido;”* Recomendação cumprida.

5. *“Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como Vazias;”* A recomendação foi cumprida. Não se repetiu na correição atual.

6. *“Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;”* Detectado na correição atual que há 11 feitos sem o lançamento da fase 18 (item 9.5 do Relatório).

7. *“Promover o preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros (artigos 204, 356 e 357, parágrafo único da CNCR);”* Cumprida parcialmente. Existem alguns registros não completos. Falta o valor do bem, tipo de bem e nome do exequente igual ao do executado.

8. *“Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente;”* A recomendação foi cumprida.



19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

De acordo com informações prestadas pela diretora, são adotadas na secretaria as seguintes práticas:

- a) Quando há a condenação de ambas as partes em honorários, ou em embargos à execução, já se desconta os honorários da Fazenda do montante que a parte tem a receber no processo de execução;
- b) Digitalização de processos – Uma estagiária de Direito digitaliza e a Diretora supervisiona. A Diretora considera importante a digitalização dos processos ativos, pois o processamento fica mais rápido.

**20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES**

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) priorizar o julgamento dos processos objeto das Metas nº 2, 3, 4 e 6 CNJ/2016 (item 5.1);
- 2) estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução (item 5.2.5);
- 3) movimentar os processos nºs 0080004-90.2016.4.02.5102 e 0183819-74.2014.4.02.5102 não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 228) (item 9.3);
- 4) estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18) (item 9.5);
- 5) retificar o motivo da suspensão dos processos listados, uniformizando a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos repetivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba *Paradigmas* – opção *Associar Processos*) (item 11);
- 6) proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR (item 13).
- 7) regularizar o Livro de Ponto dos Servidores com a inclusão do termo de abertura (item 15);

21. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Victor Manoel Martinez, Marcos Augusto Rodrigues Guilam e Carlos Alberto de Araujo Rocha, revisado por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, subscrito por mim, nesta data.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário

Chefe do Setor de Correições e Inspeções



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **03 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

TRF2
Fls 110